

MIGRAÇÃO INTERNA NA CIDADE DE TERESINA, PIAUÍ: UM ESTUDO DE CASO NO RESIDENCIAL TERESINA SUL I E II (RTS I E II)

INTERNAL MIGRATION IN THE CITY OF TERESINA, PIAUÍ: A CASE STUDY IN THE HOUSING COMPLEX RESIDENCIAL TERESINA SUL I E II (RTS I E II)

Jeanne Alves Borges

Graduada em Geografia pela a Universidade Federal do Piauí - UFPI
E-mail: jeanneborges10@gmail.com

Antonio Cardoso Façanha

Doutor em Geografia. Docente da Graduação e do Mestrado em Geografia da Universidade Federal do Piauí - UFPI
E-mail: facanha@ufpi.edu.br

RESUMO

A urbanização é um processo que corresponde à expansão e ao crescimento das cidades, tornando a população urbana mais expressiva, em relação à população rural. Um dos fatores desse processo é a migração populacional, ensejando a atração por atividades produtivas, em face do contexto econômico capitalista. O estudo proposto objetivou compreender os motivos que desencadeiam o processo de migração populacional para o RTS I e II. Quanto aos aspectos metodológicos, lançou-se mão de materiais bibliográficos a partir de artigos científicos, livros, dissertações e teses relacionadas ao tema; registros fotográficos; programas de computador na área de geoprocessamento, com vistas à elaboração de mapas; aplicação de questionário direcionado aos moradores do residencial, com a utilização do *Google Forms*. Dentre os referenciais teóricos empregados na abordagem desta pesquisa, destacam-se as obras de Becker (1997), Cardoso e Aragão (2013), Corrêa (2000), Façanha (1998, 2003), Rolnik, (2019), entre outros. Constatou-se que os moradores participantes da pesquisa são, em sua maioria, teresinenses oriundos de outros bairros da cidade que possuem um significativo conjunto de equipamentos urbanos, mas migraram para o residencial devido à conquista do imóvel de forma definitiva, ainda que enfrentem problemas como a falta de infraestrutura e dificuldade de acesso

a alguns serviços públicos e comerciais. Conclui-se que apesar dos problemas existentes, esses moradores denotam afetividade pelo local.

Palavras-chave: Urbanização; Migração interna; Espaço urbano; Teresina-PI.

ABSTRACT

Urbanization process corresponds to the expansion and growth of cities, making the urban population more expressive when compared to the rural. One of the factors in this process is population migration, which leads to attraction of productive activities, in the face of capitalist context. This paper aimed to comprehend the reasons that trigger the process of migration to the RTS I and II. As for the methodological aspects, bibliographic materials were used from articles, books, dissertations, and thesis; as well as photographic records, software of geoprocessing field, aiming to drawing up maps; and the application of a survey targeted to the residents, using Google Forms. Among theoretical framework in the approach of this research, the works of Becker (1997), Cardoso and Aragão (2013), Corrêa (2000), Façanha (1998, 2003), Rolnik (2019), among others stand out. It was found that the inhabitants participating in the survey are mostly from Teresina, coming from others neighborhoods in the city that have a significant set of urban facilities, but migrated to the housing complex due to the definitive conquest of the property, even though they face problems such as the lack of infrastructure, and difficulty in accessing some public and commercial services. It is concluded that, despite the existing problems, these residents show affection for the place.

Keywords: Urbanization; Internal migration; Urban space; Teresina-PI.

INTRODUÇÃO

A urbanização é um processo que denota expansão e o crescimento das cidades, tornando a população urbana mais expressiva em relação à população rural, suscitando a extensão territorial e transformando os espaços geográficos. Um dos fatores condicionantes desse processo é a migração populacional, em que as pessoas são atraídas pelas atividades produtivas no contexto econômico-capitalista.

Salienta-se que a habitação é um fator preponderante para a construção e ampliação das cidades, com destaque para as habitações construídas por força da ação do estado, sobretudo mediante políticas

habitacionais, a exemplo do PMCMV, lançado em 2009, tendo como principal escopo o crescimento econômico, a geração de empregos e a oferta de moradias na obtenção da diminuição do *déficit* habitacional, subsidiando famílias de média e baixa renda.

Todavia, o espaço urbano caracteriza-se por possuir caráter dinâmico, sendo modificado pelas ações da sociedade a todo momento, como consequência do desenvolvimento do capitalismo. Dessa forma, as cidades passaram a atrair um aumento significativo de pessoas, motivando o processo migratório do rural para o urbano: os migrantes são atraídos pelo papel aglutinador das atividades comerciais, dos serviços e das indústrias que as cidades proporcionam e, por conseguinte, sobrevêm nessas cidades a expansão do território, tornando necessária a construção de novas moradias.

Esta pesquisa justifica-se em entender os aspectos condicionantes da migração de pessoas para residirem em novos empreendimentos habitacionais, como é o caso do Residencial Teresina Sul I e II (RTS I e II), ambos localizados na zona Sul da cidade de Teresina, além de analisar a infraestrutura mínima presente na área em estudo.

Destarte, tais empreendimentos habitacionais, construídos mediante ação do Estado, localizam-se em áreas de expansão urbana e distantes da área central da cidade, o que acaba refletindo em uma população segregada, além de problemas de acesso e infraestrutura urbana básica. Nessa perspectiva, cabe ao poder público realizar medidas cabíveis para que essas áreas se desenvolvam, permitindo aos moradores a obtenção de acesso a serviços de mobilidade, segurança, postos de saúde, escolas, creches, transporte público de qualidade, entre outros.

O objetivo geral desta pesquisa é compreender os motivos desencadeantes do processo de migração populacional para o RTS I e II. Os objetivos específicos são: entender o processo da migração interna e urbanização da cidade de Teresina, a partir das políticas habitacionais, como o PMCMV; compreender a dinâmica de construção histórica da cidade de

Teresina e o seu papel regional; caracterizar a zona sul da cidade de Teresina, promovendo um diagnóstico acerca do modo de vida no RTS I e II.

Dessa forma, a investigação intentou realizar uma análise visando a identificar o perfil socioeconômico dos moradores beneficiados e os motivos que os levaram a migrar para o referido residencial. Cumpriu-se o estudo de caso por meio da aplicação de um questionário *on-line* via WhatsApp, por meio do qual se enviou o *link* para dez pessoas, sendo que duas delas o compartilharam em dois grupos constituídos somente por moradores do residencial, perfazendo um grupo composto de 162 participantes e outro com 150 participantes, dos quais 18 responderam ao questionário.

No entanto, o contexto de pandemia do novo coronavírus acabou dificultando a aproximação mais efetiva com o empírico, no âmbito do trabalho de campo, da interlocução e do diálogo com a comunidade, sendo necessária a utilização de outras estratégias com vistas ao alcance da coleta de dados.

Complementarmente, realizou-se registro fotográfico, empregaram-se programas de computador na área de geoprocessamento, visando à elaboração de mapas. Por cúmulo, a investigação fundamentou-se na análise de materiais bibliográficos mediante a consulta a artigos científicos, livros, dissertações e teses relacionados ao tema. Além disso, empregou-se o uso do *Google Forms* (aplicativo gratuito para a elaboração de formulários *on-line*, presente no *Google Drive*), tencionando a produção do questionário e a análises dos dados.

Dentre os referenciais teóricos adotados na abordagem desta pesquisa, destacam-se as obras de Becker (1997); Cardoso e Aragão (2013); Corrêa (2000); Façanha (1998, 2003) e Rolnik (2019), entre outros, os quais tratam de assuntos relacionados à migração, questão urbana, espaço urbano, assim como às políticas de habitação.

Nessa direção, estrutura-se o trabalho em seis seções: a primeira trata da introdução da pesquisa; a segunda discorre sobre a urbanização e migração interna entre escalas, com ênfase para a cidade de Teresina; a

terceira discute a política habitacional do PMCMV; em seguida, trata-se dos processos de urbanização de Teresina, evidenciando o processo histórico e o seu papel regional; na quinta seção, aborda-se a caracterização da zona sul de Teresina, destacando sua expansão por meio de políticas públicas habitacionais; a sexta seção desvela um diagnóstico do RTS I e II, notabilizando a realidade socioeconômica dos moradores do residencial, concluindo a pesquisa.

URBANIZAÇÃO E MIGRAÇÃO ENTRE ESCALAS

O fator migratório que mais exerce influência no Brasil é o de ordem econômica, no qual o modelo econômico vigente condiciona os indivíduos a se deslocarem de um lugar para outro, muitas vezes forçadamente, buscando trabalho e melhores condições de vida.

A propósito, Brito (2006) enfatiza que o acelerado processo de urbanização no Brasil, enquanto decorrência das migrações internas, é um fenômeno relativamente recente e articula-se com um conjunto de mudanças na economia, na sociedade e na política brasileira, e que no atual contexto, ocorre a dinâmica da mobilidade espacial da população, ou seja, o chamado *deslocamento interno*, onde cada ciclo econômico instituiu consigo um fluxo migratório. Diante disso, o êxodo rural é um dos mais importantes exemplos de migração interna e um fenômeno brasileiro evidente na Região Nordeste.

Logo, Casagrande e Souza, 2012 citado por Fonseca *et al.* (2015, p. 234), ressaem que o processo de êxodo rural vem sendo ocasionado, principalmente, por parte da população da zona rural, que sai do campo em busca de melhores condições de vida nas cidades, interessados no lucro financeiro e na atratividade que as cidades exercem em populações de baixa renda.

Nos últimos vinte anos, o processo de industrialização e a ampliação das fronteiras agrícolas favoreceram as migrações internas, reorganizando a

população em todo o território nacional. Essa distribuição populacional deu-se em âmbito interestadual. Aliás, atesta-se a desconcentração das atividades econômicas e o processo de urbanização em todos os estados, fator condicionante para que esses movimentos migratórios da população brasileira emergissem.

A ampliação dos meios de comunicação e a rapidez dos transportes foi essencial para facilitar o movimento das pessoas. Algumas migrações internas ocorrem de zonas mais pobres para zonas mais prósperas, de uma cidade pequena para uma média, ou mesmo em uma grande cidade ou metrópole. As grandes cidades presumem melhores oportunidades de trabalho, possibilidade de renda maior que no campo e melhores condições socioeconômicas.

Atualmente, o Brasil mostra-se contraditório, tendo em vista o capitalismo, que precariza as relações de trabalho, suscitando os movimentos migratórios da população brasileira, que na maioria dos casos é forçada a sair da sua cidade ou mesmo do campo em busca de melhores oportunidades.

Contribuindo com essa discussão, Becker (1997) ratifica que nas décadas de 1950 e 1960, ocorreram diversos fluxos migratórios de caráter rural-urbano no País, em um período caracterizado por crescente concentração fundiária e pela industrialização nos grandes centros urbanos do Sudeste brasileiro.

Com efeito, a maior parte do crescimento demográfico urbano, entre 1960 e 1980, é consequência do intenso fluxo migratório rural-urbano. Somente entre 1960 e fim dos anos 1980, estima-se que saíram do campo em direção às cidades, quase 43 milhões de pessoas, incluído aí o efeito indireto da migração, ou seja, os filhos tidos pelos migrantes rurais nas cidades (BRITO, 2006).

A migração interna no estado do Piauí, no que lhe cabe, destaca-se especialmente no tocante à de campo-cidade, nomeadamente em áreas pouco industrializadas, encetando o processo de urbanização. Por

consequente, a urbanização do Piauí ocorreu de forma gradativa, a partir de 1950, e as cidades pequenas tiveram um papel relevante nesse processo.

Convém enfatizar a construção de rodovias interligando Teresina aos demais municípios piauienses e estados vizinhos, facilitando os deslocamentos do interior para a capital, cujos fluxos migratórios permanentes se davam por meio da rede urbana. Aliás, a cidade de Teresina recebeu a maior quantidade da população caracterizando uma rede urbana polarizada. Por sua vez, a cidade de Parnaíba representava o segundo centro urbano mais populoso do Estado.

No entendimento de Lima (2002), o Piauí progrediu em menor proporção, se comparado com outros estados nordestinos, mesmo com a política de planejamento nacional e regional de desenvolvimento; a construção de rodovias; a oferta de serviços públicos; a implantação de outros equipamentos de infraestrutura.

Nesse processo de desenvolvimento, criaram-se, ainda, a Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE), o Banco do Nordeste, empresas de economia mista, além da Barragem de Boa Esperança, no Rio Parnaíba – que veio a se integrar com a Companhia Hidrelétrica do Rio São Francisco (CHESF).

A cidade de Teresina foi marcante para o processo de urbanização do Piauí, do ponto de vista econômico, porquanto a cidade constitui o mais meritório polo industrial e comercial do Estado, e em seu contexto atual, notabilizam-se vários investimentos externos e migrantes que chegam à procura de trabalho, renda, moradia, saúde, educação, entre outros serviços.

Lima *et al.* (2017) enfatizam que o processo de urbanização está presente na maioria das regiões, associado ao desenvolvimento do capitalismo, seja de forma direta ou periférica, como no caso de Teresina. O crescimento urbano desordenado da cidade de Teresina condicionou a ampliação de áreas residenciais, sobretudo com a dispersão da população de baixa renda para áreas mais distantes dos centros consolidados.

A propósito, Corrêa (2000) ratifica que a atuação dos promotores imobiliários se faz de modo desigual, criando e reforçando a marginalização residencial que caracteriza a cidade capitalista e, na medida em que em outros setores do espaço produzem conjuntos habitacionais populares, a segregação é ratificada.

No entanto, Teresina vem se estabelecendo no decorrer dos anos, em relação a sua expansão urbana, e um dos fatores que condicionam essa expansão são os empreendimentos habitacionais, ofertados a partir da política habitacional do PMCMV.

POLÍTICA HABITACIONAL DO PMCMV

O PMCMV é uma iniciativa do governo federal por meio da qual oferece condições atrativas para o financiamento de moradias às famílias de média e baixa renda, em parceria com estados, municípios, empresas e entidades sem fins lucrativos. Para tanto, a fase 1 e 2 do programa integrava somente três faixas de aquisição dos imóveis, já na fase 3 contemplava quatro faixas de acordo com a renda familiar. Todavia, como afirma Cardoso e Aragão (2013) a aprovação do programa foi viabilizada através da Medida Provisória nº 459, publicada em 25 de março de 2009, posteriormente convertida na Lei nº 11.977, de 7 de julho 2009, e pelo Decreto nº 6962, de 17 de setembro de 2009.

Sobre isso, Motta (2010, p. 8) destaca que o PMCMV, do Ministério das Cidades, teve como meta

[...] construir um milhão de moradias, totalizando R\$ 34 bilhões de subsídios para atender famílias com renda entre 0 a 10 salários mínimos. Além de seu objetivo social, o Programa, ao estimular a criação de empregos e de investimentos no setor da construção, também foi uma reação do governo Lula à crise econômica mundial do fim de 2008 [...].

Na acepção de Amore (2015), o contexto da crise econômica, junto com o enfraquecimento do Ministério das Cidades em seu papel de formulador e condutor da política urbana, levou o governo acolher a

proposta do setor da construção civil, apostando no potencial econômico da produção de habitação em massa.

Assim, no período de seu mandato, o Presidente Luiz Inácio Lula da Silva “politizou” as medidas do “pacote habitacional”: em vez de construir 200 mil casas, propôs construir 1 milhão, e aumentou a parcela do programa, que deveria ser destinado aos setores de baixa renda. A princípio, eram 20% das unidades, já que o principal foco era o “segmento econômico”, e as faixas de quatro a dez salários mínimos, a clientela potencial desses produtos. Contudo, já existia uma faixa totalmente subsidiada e por fora do crédito hipotecário, destinada às famílias de baixíssima renda, a chamada *faixa 1*, na qual prefeitos e governadores indicariam os beneficiários (ROLNIK, 2019).

Nesse ensejo, as construtoras, em parceria com a Caixa Econômica Federal (CEF), por meio de licitação, são responsáveis pela construção das unidades habitacionais. Assim, o programa tem como prioridade combater os efeitos negativos do *déficit* habitacional, impulsionando a geração de emprego e renda, favorecendo o ramo da construção civil. Por outro lado, deveria viabilizar também a possibilidade de que as camadas que se integram às políticas do programa pudessem adquirir os subsídios de financiamento do governo.

Araújo Neto (2017) afirma que o PMCMV utiliza dois instrumentos norteadores para que as famílias contempladas possam financiar seus imóveis: a subvenção econômica e o financiamento, com taxa de juros reduzidas, bem diferentes das utilizadas pelas imobiliárias. Para que seja possível se beneficiar do programa, alguns critérios devem ser levados em consideração, como não possuir casa própria ou financiamento habitacional, e não ter aderido anteriormente a programas do setor habitacional do governo federal.

Diante disso, obter uma moradia depende do nível salarial de cada pessoa. Portanto, “o acesso a uma moradia decente não depende de se dar tempo para a construção de mais casas, mas de se poder pagar por elas. Alguns podem fazê-lo; para a maioria isto se apresenta como um problema” (SPOSITO, 1991, p. 72).

Isso posto, as novas habitações, construídas pelos agentes produtores do espaço, refletem a condição financeira que cada pessoa detém ao adquirir um imóvel, restando às famílias com menor poder aquisitivo obterem imóveis nas áreas onde a terra é mais barata, em conjuntos habitacionais construídos pelo Estado.

Araújo Neto (2017) frisa que uma das características do programa é a sua condução por meio de etapas, visando a atingir metas de unidades habitacionais a serem construídas durante determinado período de tempo, segundo as regras que norteiam a fase lançada.

As modalidades ofertadas pelo PMCMV sofreram atualizações desde a sua criação, até 2018. Cada eixo estabelece parâmetros de rendas específicas para que seja possível manter o programa organizado e se distribuam os recursos de acordo com a situação econômica de cada beneficiário. A fase 3 do programa, por exemplo – diferentemente das anteriores, que contemplavam apenas três faixas de renda, como mostra a Tabela 1 – compõe-se por quatro faixas: 1; 1,5; 2 e 3.

Tabela 1 – Fases e faixas de renda contempladas pelo PMCMV

Fases	Faixas do MCMV	Renda Familiar Mensal	Início/Fim
1	1	até R\$ 1.395	Abril de 2009 a junho de 2011
	2	R\$ 1.395,01 até 2.790,00	
	3	R\$ 2.790,01 até 4.650,00	
2	1	até R\$ 1.600,00	Junho de 2011 a dezembro de 2014
	2	R\$ 1.600,01 até 3.275,00	
	3	R\$ 3.275,01 até 5.000,00	
3	1	até R\$ 1.800,00	30 de março de 2016 a 25 de agosto de 2020
	1,5	até R\$ 2.600,01	
	2	até R\$ 4.000,00	
	3	até R\$ 9.000,00	

Fonte: Silva (2019), baseado nos dados do Ministério das Cidades (2018); Organizado por: Borges (2020).

Com base na Tabela 1, observam-se, nas diferentes fases do PMCMV, as alterações ocorridas, assim como o aumento na produção da demanda

de moradias, beneficiando faixas com renda mensal entre 1,5 até R\$ 2.600,01, a partir de subsídios oferecidos pelo governo federal. Sendo assim, como dito anteriormente, os governos locais definem os beneficiários com base em seus próprios cadastros de demanda. Assim, os moradores dessas habitações são obrigados a pagar uma taxa mensal, que corresponde a 5% da renda familiar, para a Caixa, instituição responsável por comprar as unidades da empresa encarregada da construção (ROLNIK, 2019).

A faixa 1 contempla as habitações do RTS I e II, objeto desta pesquisa, sendo a CEF/PI o agente financeiro desses empreendimentos, cujo financiamento dos imóveis se dá por meio do Fundo de Arrendamento Residencial (FAR). De acordo com Rolnik (2019), trata-se de um fundo público alimentado pelo orçamento federal, e os subsídios representam a quase totalidade do custo da unidade. Dessa forma, de acordo com Cardoso e Aragão (2013, p. 37),

[...] a execução via: Fundo de Arrendamento Residencial – FAR: a produção é “por oferta”, o que significa que a construtora define o terreno e o projeto, aprova-o junto aos órgãos competentes e vende integralmente o que produzir para a CAIXA, sem gastos de incorporação imobiliária e comercialização, e sem risco de inadimplência dos compradores ou vacância das unidades. A CAIXA define o acesso às unidades a partir de listas de demanda, elaboradas pelas prefeituras. Os municípios tem como incumbência cadastrar as famílias com rendimento de 0 a 3 salários mínimos, além da participação por meio da doação de terrenos, isenção tributária e desburocratização nos processos de aprovação e licenciamento e também na flexibilização das normas urbanísticas para permitir aumentar os índices de utilização do solo nos empreendimentos do MCMV.

Os agentes privados contam com poder de decisão sobre a localização, o desenho e a elaboração do projeto, até mesmo no caso da faixa 1, em que o FAR é o incorporador, sendo as empresas privadas responsáveis por encontrar e adquirir a terra, então as decisões desses agentes visam à rentabilidade. O teto dos preços e as dimensões das unidades são previamente estabelecidos, pois o lucro do empreendedor se

baseia na economia de custos alcançada no processo de produção (ROLNIK, 2019).

O PMCMV estruturou-se operacionalmente a partir de subprogramas, como o Programa Nacional de Habitação Urbana (PNHU) e Programa Nacional de Habitação Rural (PNHR), MCMV Entidades, MCMV abaixo de 50.000, e pelas faixas de renda. No entanto, existem modelos operacionais: as entidades sem fins lucrativos (cooperativas, associações de moradia etc.), auxiliadas pelo Fundo de Desenvolvimento Social (FDS), faixa de 0 a 3 salários mínimos; o financiamento via Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), faixa de 3 a 10 (SM); e municípios com menos de 50 mil habitantes, o "sub 50". O financiamento é operado por meio de agentes financeiros privados, e não pela CEF (CARDOSO; ARAGÃO, 2013).

Dentre as diferentes faixas de renda ofertadas pelo programa, os empreendimentos habitacionais para a faixa 3 são os que mais se aproximam das áreas centrais e mais bem equipadas das cidades. Já os empreendimentos para a faixa 1 consistem em áreas dispersas pelas periferias, mais afastadas, próximas às margens das cidades, distantes dos territórios privilegiados, sendo homogêneas, do ponto de vista social (ROLNIK, 2019).

Para mais, o PMCMV estrutura-se de acordo com a renda de cada família, sendo que os empreendimentos habitacionais destinados às famílias de baixa renda são moradias construídas em terrenos afastados da malha urbana, em terras mais baratas, refletindo uma população segregada. Para Corrêa (2000, p. 60),

a segregação residencial é, em realidade, um processo que origina a tendência a uma organização espacial em áreas de forte homogeneidade social interna e de forte disparidade entre elas, [...]. É um produto da existência de classes sociais, sendo a sua espacialização no urbano [...].

As habitações da faixa 1 do PMVMV, destinadas às famílias de baixa renda, contam com pouca infraestrutura urbana básica, pois não oferecem como deveriam: serviços de transporte público e mobilidade; espaços

comerciais; esgotamento sanitário; serviços de saúde; segurança; escolas; serviços bancários. Aliás, os imóveis oferecem pouca qualidade estrutural, e em algumas áreas, tais construções apresentam problemas de drenagem; a água que abastece as residências vêm de poços tubulares implantados pelas construtoras; as unidades habitacionais consistem em painéis pré-moldados em concreto e bloco cerâmico, dificultando pendurar um prego na parede com o martelo, ação possível somente com a utilização de uma furadeira.

Diante dessa realidade, Cardoso e Aragão (2013, p. 54) assim se manifestam:

[...] As construtoras, embora sem risco (ou com baixíssimo risco) e sem gastos de "incorporação imobiliária" irão buscar sempre incluir nos seus ganhos não apenas aqueles obtidos na construção como também as margens que puderem ser imputadas sobre o preço original da terra, ou seja lucros globais não são apenas aqueles aferidos no processo de produção (lucro da construção), mas também o lucro aferido no processo de mercantilização do empreendimento (lucro imobiliário decorrente da transformação do solo). Dentro dessa lógica de busca de maximização da valorização do investimento, as construtoras irão buscar os terrenos mais baratos, portanto com maiores problemas de acessibilidade e de infraestrutura [...].

Portanto, cabe ao Estado propor soluções e diminuir rupturas sociais, a fim de minimizar danos e promover uma forma mais adequada de amenizar os problemas urbanos verificados entre as famílias beneficiadas pelo PMCMV, a partir de planejamentos precisos e eficientes, em consonância com o contexto das cidades ou áreas metropolitanas (SILVA, 2019).

É evidente que o PMCMV é omissivo na questão urbana: não basta apenas construir inúmeras habitações, é fundamental um planejamento efetivo para que não ocorram cidades fragmentadas e custosas. Da mesma forma, são necessárias mais moradias dignas para que a população tenha mais qualidade de vida. Atualmente, o PMCMV foi substituído pelo *Programa Habitacional Casa Verde e Amarela*, por força da Medida Provisória (MP) nº 996, de 26 de agosto de 2020.¹

¹ Apesar disso, algumas mudanças foram estabelecidas no novo sistema de categorização das famílias residentes em áreas urbanas por faixa de renda, em que as faixas 1, 1.5, 2 e 3

A CONSTRUÇÃO HISTÓRICA DA CIDADE DE TERESINA E SEU PAPEL REGIONAL

A cidade de Teresina, capital do Estado do Piauí, localiza-se na mesorregião do centro-norte piauiense. Seu território urbano é marcado pelo encontro de dois rios principais, Poti e Parnaíba. O uso da navegabilidade do Rio Parnaíba acabou oportunizando melhores possibilidades de articulação entre os principais núcleos urbanos, rompendo com as dificuldades de comunicação com outros Estados – situação em que se encontrava quando a Província do Piauí era a antiga capital, Oeiras, situada no Centro-Sudeste do Estado, com posição geográfica nada viável para o processo de função administrativa, de modo que favorecesse o soerguimento da economia do Estado (LATUS, 2017).

Teresina foi a primeira cidade brasileira construída em traçado geométrico. Nessa lógica, Latus (2017) afirma que o núcleo inicial da cidade seguia um modelo xadrez, que gerou as primeiras cem quadras. Em seu processo de criação, baseada nesse modelo, previa-se uma expansão territorial na direção oeste/leste, ocupando as áreas entre os rios Poti e Parnaíba. No entanto, a expansão inicial acabou configurando-se no sentido norte/sul, onde havia equipamentos urbanos que se tornaram polos atratores, a exemplo do Cemitério São José (1862), ao norte, e da Igreja Nossa Senhora do Amparo (1864), ao sul, além do comércio com a Vila Poti, na zona Norte.

O supracitado autor assevera que a configuração no território de Teresina sofreu modificações ao longo de sua história, pois a cidade foi se expandindo, motivando o aumento de sua população, tornando-se cada vez mais urbana. De fato, a urbanização da população teve grande impulso devido ao processo de industrialização no século XX, que favoreceu o desenvolvimento das demandas de comércio e serviço.

do PMCMV foram substituídas por grupos no novo programa, sendo: Grupo 1, famílias com renda mensal até R\$ 2.000,00; Grupo 2, renda mensal de R\$ 2.000,00 a 4.000,00; e Grupo 3, renda mensal de R\$ 4.000,00 a 7.000,00. Assim, com o novo programa, a Faixa 1 do PMCMV, que beneficiava as famílias mais pobres, com renda até R\$ 1.800,00 mensais, foi extinta, ficando disponível para essas famílias apenas ações de melhorias habitacionais e regularização fundiária, com recursos oriundos do Fundo de desenvolvimento Social (FDS).

Segundo Façanha (2003), a dinâmica urbana teve como indutor o Estado, nos âmbitos federal, estadual e municipal. A criação do Banco Nacional de Habitação (BNH), em 1964, teve como política pública a criação de conjuntos habitacionais, fato que condicionou o espraiamento da malha urbana de Teresina. Na vigência do BNH, ocorreu a criação da Companhia de Habitação do Piauí (COHAB-PI), em 1965, responsável pelo financiamento de habitações para famílias consideradas de baixa renda.

A política habitacional viabilizada pela referida companhia habitacional segregava as famílias de baixa renda dos territórios mais centrais e urbanizados da cidade, o que levou a malha urbana da capital a se expandir, dando lugar a um espaço urbano fragmentado (LATUS, 2017).

Já no fim dos anos 1960, testemunhou-se a criação do Distrito Industrial de Teresina (DIT), também na zona Sul, com uma área ocupada de 196 hectares, exercendo mudanças no espaço urbano da cidade, tudo devido à “onda” do processo de industrialização. Corroborando Corrêa (2000, p. 56),

o distrito industrial, de localização periférica, resulta de uma ação do Estado visando, através da socialização de vários fatores de produção como terrenos preparados, acessibilidade, água e energia; e, de acordo com interesses de outros agentes sociais, como proprietários fundiários e industriais, criar economias de aglomeração para as atividades de produção industrial.

Assim, é notório que o Estado ocasiona impactos na organização espacial da cidade, induzindo a expansão de seu território. Outro processo socioespacial relevante adveio da migração de pessoas do centro da cidade para a zona leste, população essa que veio habitar novas áreas, como os bairros Jockey Club, Fátima, São Cristóvão, Planalto Ininga, entre outros. Todo esse processo estabeleceu uma nova conjuntura espacial, uma forte concentração de pessoas de alto poder aquisitivo em uma mesma área (FAÇANHA, 2003).

Façanha (2003) atesta que no ano de 1969, instituiu-se o primeiro Plano Diretor de Teresina, o Plano Diretor Local Integrado (PDLI), que inclusive não

surgiu efeito, pois as propostas não condiziam com a realidade socioeconômica da cidade. Por isso, foram aproveitadas apenas algumas de suas propostas – relacionadas com o sistema viário radiocêntrico e com o anel rodoviário. Assim, originou-se o I Plano Estrutural de Teresina (I PET), por meio da Lei nº 1.591, de 31 de agosto de 1978.

Todavia, Façanha (1998) destaca que na década de 1970, ocorreu um crescimento espacial em todas as direções, evidenciando uma patente contradição social no contexto da cidade de Teresina, porquanto vários conjuntos habitacionais foram construídos, principalmente em direção à zona sul. Cabe destaque aos conjuntos habitacionais Bela Vista (1977) e Saci (1978).

A cidade de Teresina, no período de 1970 e 1975, apresentou maior presença dos governos federal e estadual somente em 1975, de modo que o poder municipal começou a participar, no que se refere ao cenário urbano da cidade. Com a atuação do governo municipal, os conjuntos habitacionais passaram a ser mais bem atendidos, com vistas à regulação do uso do solo urbano e melhor infraestrutura, tendo em vista a criação de galerias pluviais, mercados públicos, postos de saúde, entre outros benefícios. Era nessa realidade que se encontrava Teresina nos anos de 1975.

No entanto, capitaneado pela nova Constituição do Brasil, em 1988, o poder municipal, administrado por Wall Ferraz, publicou o II Plano Estrutural de Teresina (II PET), na tentativa de organizar melhor o uso do solo urbano na cidade, pois se concebia o aumento do número de favelas e a consolidação de áreas ocupadas pela população de alto *status*. Com o II PET, Teresina foi demarcada em 108 bairros. Assim, com a Lei nº 1.934, de 16 de agosto de 1988, os perímetros dos bairros da cidade foram delimitados em cinco zonas administrativas regionais: norte; sul; sudeste; leste; e centro. Ressalte-se que antes, havia apenas as zonas centro, norte, sul e leste. Nesse contexto, a zona leste era desmembrada em leste e sudeste (FAÇANHA, 2003).

Os conjuntos habitacionais configuram, pois, uma nova mudança espacial, ocupando pequenos espaços de terra, suscitando uma redução no número de unidades residenciais. Nos primeiros anos da década de 1990,

surgiram os processos de verticalização da cidade, ocasionados por agentes imobiliários que transformaram o espaço urbano, (re) produzindo-o, tornando mais evidente o processo de segregação existente.

Segundo Latus (2017), a partir de 2009, devido ao surgimento do PMCMV, do governo federal, vários outros empreendimentos habitacionais foram sendo construídos em distintas zonas de Teresina e, de forma geral, com um mínimo de infraestrutura e serviços básicos necessários para a população que reside nessas áreas, dando continuidade para ao modelo disperso de ocupação.

As construtoras e imobiliárias ganharam mercado na cidade e suas ações foram responsáveis pela descentralização espacial da capital. Esses agentes do setor imobiliário condicionaram o surgimento de leis de ocupação do solo urbano para que houvesse uma organização mais acurada de suas ações.

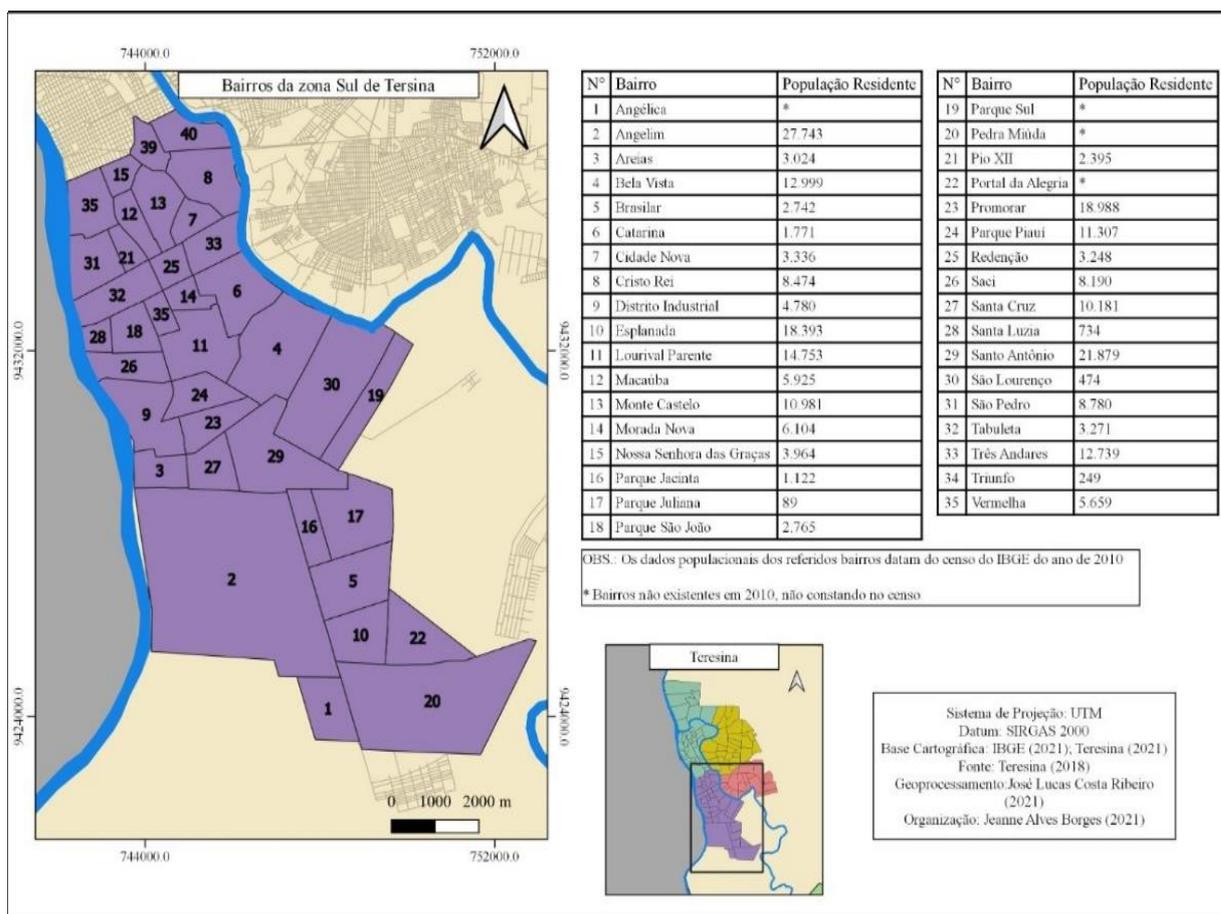
Assim, Teresina, desde a sua criação, vem passando por inúmeras modificações em seu espaço urbano e em sua organização territorial interna. Denota-se que todos esses investimentos imobiliários, executados pelo poder público e setor privado, motivaram o crescimento populacional, favorecendo a migração de pessoas de vários municípios piauienses, que são atraídas por tais investimentos, além de trabalho e habitação.

A ZONA SUL DE TERESINA E OS EMPREENDIMENTOS HABITACIONAIS

Inicialmente, a zona sul de Teresina foi ocupada por apresentar condições favoráveis no tocante ao seu sítio urbano. Sobre isso, Araújo Neto (2014) enfatiza que nos anos 1960 e 1970, a referida zona começou se expandir a partir de políticas habitacionais, destacando-se a criação dos bairros Parque Piauí, Promorar e Bela Vista, oriundos desse período. É evidente que a zona Sul de Teresina passou a apresentar uma dinâmica espacial mais efetiva durante essa época, devido à criação desses conjuntos habitacionais.

Composta por 35 bairros, a zona Sul de Teresina representa 28,5% do total de bairros na cidade. Sua área territorial equivale a 68,88 Km², representando 28,7% da área urbana. A população residente é de 237.059 habitantes, representando 30,9% da população urbana da cidade de Teresina, e densidade demográfica de 3.441,62 hab/Km² (TERESINA, 2018). Os bairros podem ser visualizados na Figura 1, a seguir.

Figura 1 - Bairros que compõem a zona Sul de Teresina



Fonte: IBGE (2020); Teresina (2018, 2021); Organizado por: Borges (2021); Geoprocessamento Ribeiro (2021).

No que alude à construção de obras de infraestrutura e de mobilidade, a exemplo de rodovias e avenidas, salienta-se a construção da rodovia Federal BR-316, que liga Teresina ao sul do estado do Piauí e da PI-130, ligando a cidade de Teresina aos municípios de Nazária e Palmeirais. Todos esses

elementos foram favoráveis para o processo de ocupação da zona sul de Teresina.

Quanto às avenidas de grande importância na cidade de Teresina, Araújo Neto (2014) enfatiza que a Barão de Gurguéia e a Miguel Rosa são dois eixos de desenvolvimento, nos quais predomina um fluxo grande de lojas de peças automobilísticas e oficinas mecânicas, servindo como grande potencial econômico da cidade.

Em relação à infraestrutura urbana na cidade de Teresina, destaca-se a Estação de Tratamento de Água (ETA) Sul - Águas de Teresina, localizada no Distrito Industrial. Em se tratando de energia elétrica, também está na zona sul da cidade uma sede da Companhia Hidrelétrica do São Francisco (CHESF), situada na Avenida Henry Wall de Carvalho, no bairro Redenção. No setor financeiro, há a presença de instituições financeiras espalhadas por toda a zona sul, como Banco do Brasil, CEF, Banco Bradesco, além de instituições financeiras alternativas, como as casas lotéricas da CEF.

Essas características da zona sul de Teresina são efetivadas na grande maioria nos bairros mais antigos, como Parque Piauí, Promorar, Vermelha, Pio XII, deixando de lado os bairros mais recentes, que nos últimos anos vem surgindo em novas áreas periféricas da cidade, como é o caso do Residencial Teresina Sul I e II.

TERESINA SUL I E II: UM DIAGNÓSTICO DO MODO DE VIDA

Segundo Lopes (2019), o Residencial Teresina Sul I e II foi construído a partir de setembro de 2010, pelas construtoras Imobiliárias Garantia e Betacon. Cada construtora se responsabilizou pela construção de 500 unidades habitacionais, todas do mesmo padrão, totalizando 1000 residências, em área contígua com o custo total de R\$ 37.554.070,00, como ilustra a Figura 2. A unidade habitacional é composta de uma sala, uma cozinha, dois quartos e um banheiro. O Residencial localiza-se no bairro Angélica, loteamento Inácio

Soares, na zona sul da cidade de Teresina-PI, com proximidade à BR-316, logo após o posto da Polícia Rodoviária Federal-PRF.

Figura 2 – Vista aérea do Residencial Teresina Sul I e II



Fonte: Manual do usuário, Imobiliária Garantia LTDA (2011?).

O termo de recebimento do imóvel data de 24 de maio de 2012, e em 15 de junho de 2012, deu-se a entrega das chaves, sendo feita nessa mesma data a vistoria do imóvel por seus respectivos proprietários. Lopes (2019) enfatiza que ao ser inaugurado, o RTS I e II carecia de equipamentos públicos essenciais para a população da área, como a falta de uma Unidade Básica de Saúde (UBS), creche, escolas, entre outros. Como também a qualidade ruim dos materiais utilizados na construção das unidades habitacionais.

Cabe ressaltar que já se passaram nove anos depois da inauguração do RTS I e II. Nesse ínterim, ocorreram transformações socioespaciais na área, alterando o contexto de toda a população que ali habita, sendo necessário fazer uma avaliação socioeconômica da realidade desse residencial, pois diversas pessoas oriundas de outros bairros da cidade, detentores de um conjunto de equipamentos urbanos, migraram para essa área mais distante do centro de Teresina, carente de diversos serviços essenciais para a sobrevivência.

Para avaliar os aspectos socioeconômicos dos moradores do RTS I e II, envidou-se um estudo de caso na área, com a aplicação de um questionário

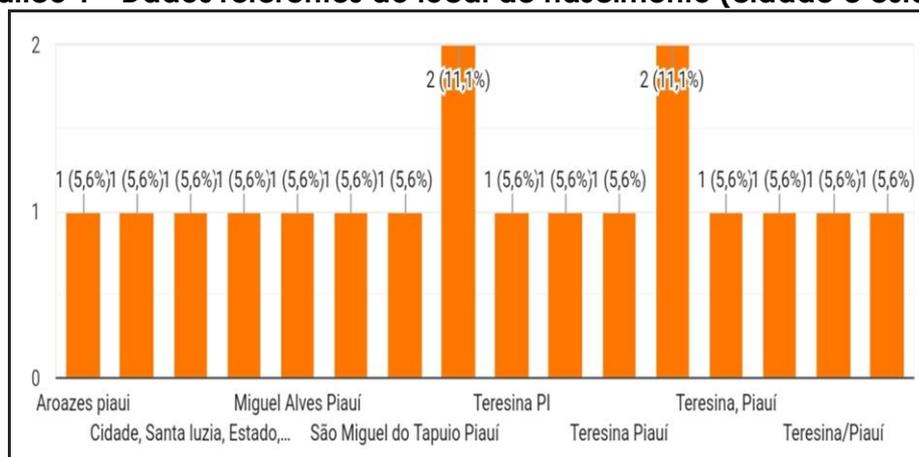
com perguntas abertas e fechadas, com a pretensão de analisar os motivos que fizeram com que essas pessoas migrassem para esse empreendimento habitacional.

O questionário, composto por dezoito questões, continha seis perguntas abertas e outras doze fechadas, onde os participantes poderiam optar pelas alternativas mais apropriadas, de acordo com o seu interesse.

O questionário apresenta os dados socioeconômicos distribuídos da seguinte maneira: em qual residencial a pessoa reside; se é no Teresina Sul I ou II; local de nascimento (cidade e estado), ano e motivo da mudança para Teresina; tipo de moradia; se o imóvel está no nome da pessoa ou comprou de terceiros; composição familiar; em quais bairros residia antes de migrar para o residencial; o motivo da migração; profissão; renda mensal da família; transporte que utiliza para se locomover; avaliação do imóvel e da infraestrutura do residencial, respectivamente.

Quanto ao local de nascimento, como se observa nos dados obtidos na pesquisa, no RTS I e II, 11,1% do total de moradores questionados nasceram em Teresina (PI) e 5,6%, vieram de outros municípios piauienses, como Aroazes, Miguel Alves, Santa Luzia, São Miguel do Tapuio, como mostra o Gráfico 1. A busca por melhores oportunidades, como o trabalho, educação, ou seja, melhores condições de vida foi um dos fatores de maior peso para essas pessoas migrarem para a cidade de Teresina, entre os anos de 1971 e 2010. Mas a maioria já residia em outros bairros da cidade antes de migrar para o residencial, destacando-se o bairro Tabuleta, Santa Fé, Parque Poti, Promorar, Parque Piauí, Dirceu, Primavera, Vamos Ver o Sol, Mafuá, Santa Bárbara, Mocambinho, São Pedro, Lourival Parente, Macaúba e Monte Castelo.

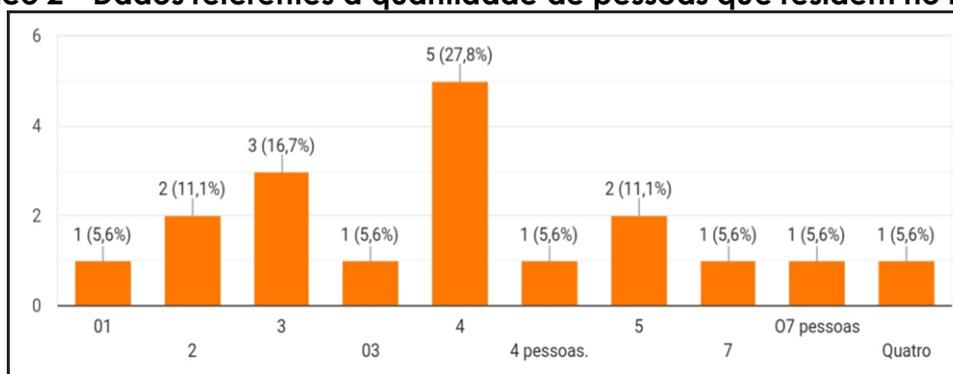
Gráfico 1 - Dados referentes ao local de nascimento (cidade e estado)



Fonte: Pesquisa direta (2021).

Quanto à composição familiar, em sua maioria, as famílias contam com até 5 membros, 27,8%, de acordo com o Gráfico 2. Percebe-se que as famílias são numerosas, evidenciando que o tamanho do imóvel não é adequado para a quantidade de moradores, por ser pequeno, composto por uma sala, uma cozinha, dois quartos e um banheiro.

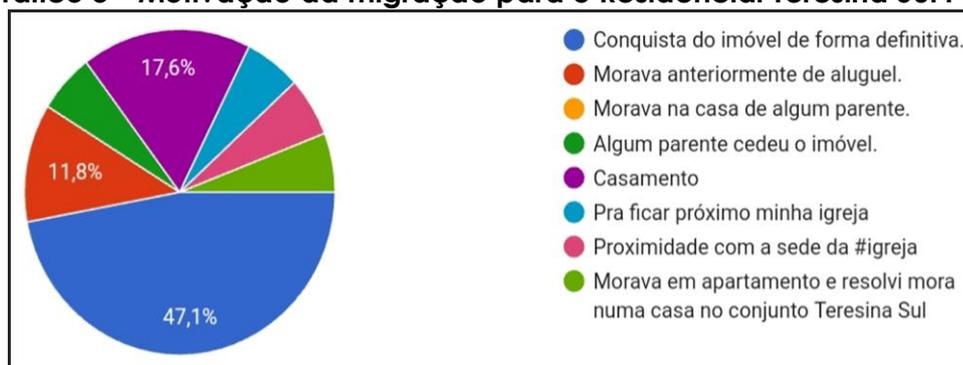
Gráfico 2 - Dados referentes à quantidade de pessoas que residem no imóvel



Fonte: Pesquisa direta (2021).

No que diz respeito à motivação da migração para o RTS I e II, 47,1%, deve-se à conquista do imóvel de forma definitiva, sendo que 17,6% por terem casado, e 11,8% moravam anteriormente de aluguel, como mostra o Gráfico 3.

Gráfico 3 - Motivação da migração para o Residencial Teresina Sul I e II

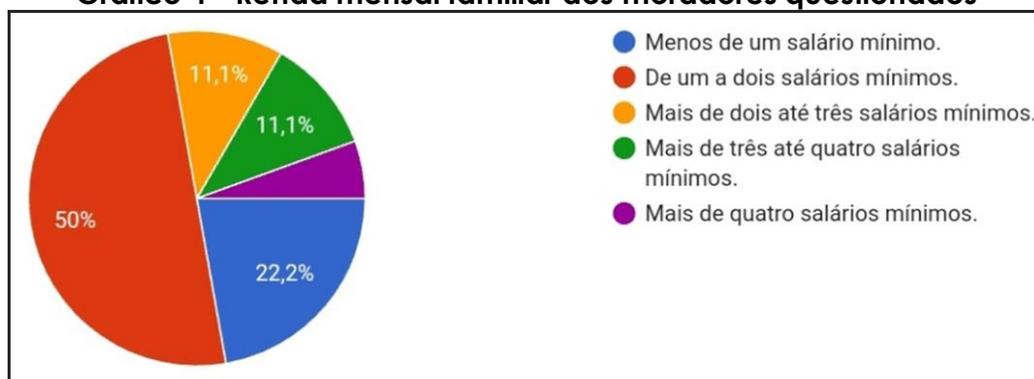


Fonte: Pesquisa direta (2021).

Quanto à atividade profissional exercida pelos moradores questionados do residencial, trata-se de profissionais autônomos, mães donas de casa (do lar), costureira, empresários (as), agente de portaria, técnico de enfermagem, professores(as), guarda municipal, balconista, vigilantes e aposentados(as). São famílias com renda mensal de um a dois salários mínimos (50%); 22,2% com menos de um salário mínimo; e 11,1% de um até três salários mínimos.

Constata-se que a maioria das famílias recebe até dois salários mínimos, enquanto outras contam com renda até três a quatro salários mínimos, sendo que a faixa salarial para a obtenção de um imóvel no residencial compreende a faixa 1 do PMCMV, por meio do FAR, destinado a famílias com renda a partir de R\$ 1.800,00. O Gráfico 4 apresenta o percentual da renda mensal familiar.

Gráfico 4 - Renda mensal familiar dos moradores questionados

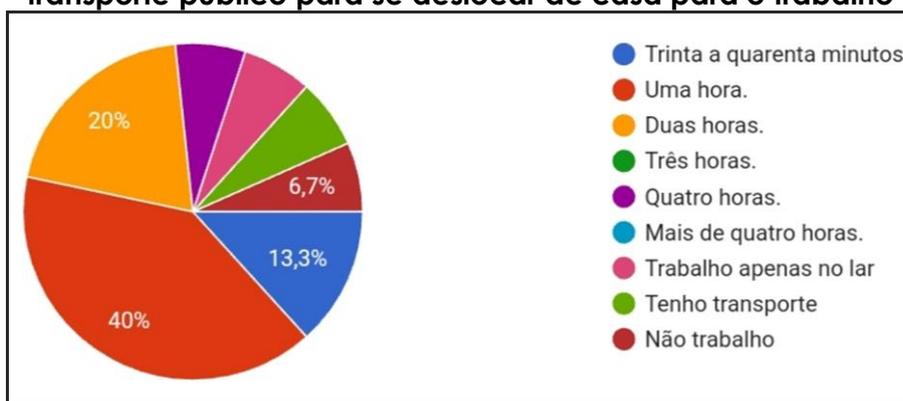


Fonte: Pesquisa direta (2021).

Em relação aos meios de transportes utilizados pelos moradores, 58,8% possuem transporte próprio. Já 40% dos moradores utilizam o transporte público e afirmam passar uma hora para se deslocar de casa para o trabalho;

20%, duas horas; e 13,3% de trinta a quarenta minutos, como revela o Gráfico 5. No entanto, tendo em vista o contexto da pandemia do novo coronavírus, que estabeleceu uma crise no transporte público de Teresina, os moradores que dependem desse tipo de transporte estão gastando mais tempo com a espera pelo transporte público, uma vez que a rota está trabalhando em escala reduzida.

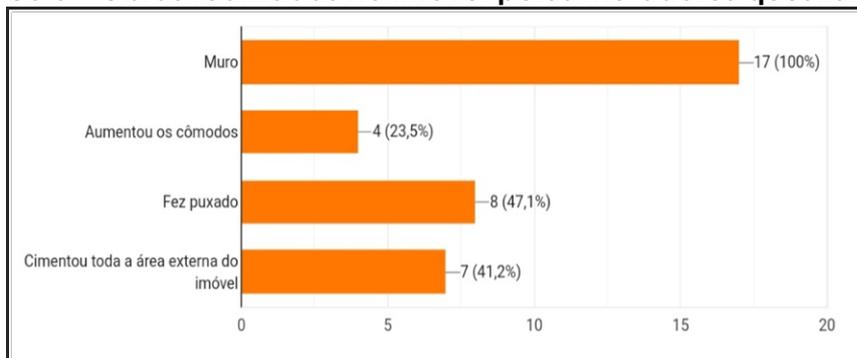
Gráfico 5 - Dados referentes às horas utilizadas pelos moradores que usam o transporte público para se deslocar de casa para o trabalho



Fonte: Pesquisa direta (2021).

Sobre a estrutura da moradia 27,8% realizaram algum tipo de obra no imóvel após a entrega pela CEF; 100% do total de moradores questionados fez muro; 47,1% fizeram puxado, embora de acordo com as regras do PMCMV, não se permita acomodar parentes por meio de puxadinhos; 41,2% cimentaram toda a área externa do imóvel; e 23,5%, ampliaram os cômodos, segundo dados do Gráfico 6.

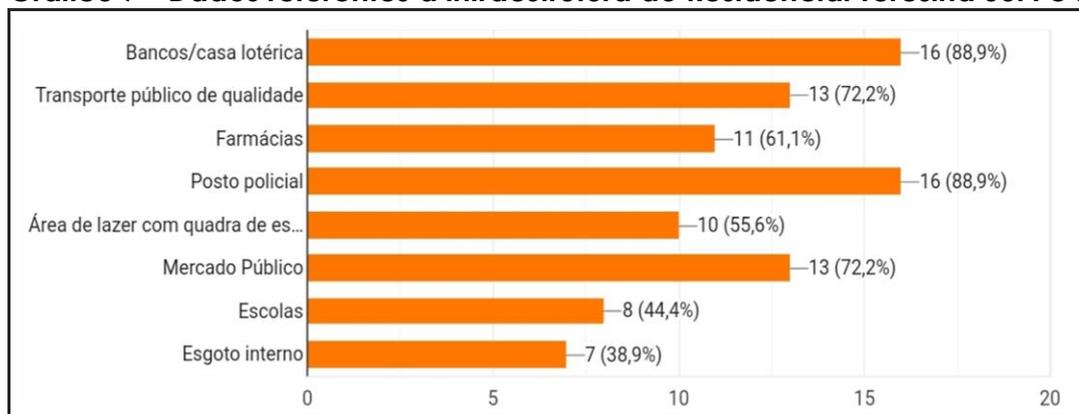
Gráfico 6 - Obras realizadas no imóvel pelos moradores questionados



Fonte: Pesquisa direta (2021).

Quando questionados sobre a avaliação dos serviços públicos de infraestrutura no RTS I e II, e sobre os serviços essenciais urbanos, 88,9% do total de moradores questionados responderam que sentem falta de serviço bancário, a exemplo de casa lotérica; quanto à segurança, falta posto policial no local. Por outro lado, 72,2% sentem falta de transporte público de qualidade e de um mercado público; 61,1% dizem sentir falta de farmácias; 55,6% carecem de área de lazer, com quadra de esporte; 44,4% sentem falta de escolas; e 38,9% destacam a ausência de esgoto interno no residencial, como indica o Gráfico 7.

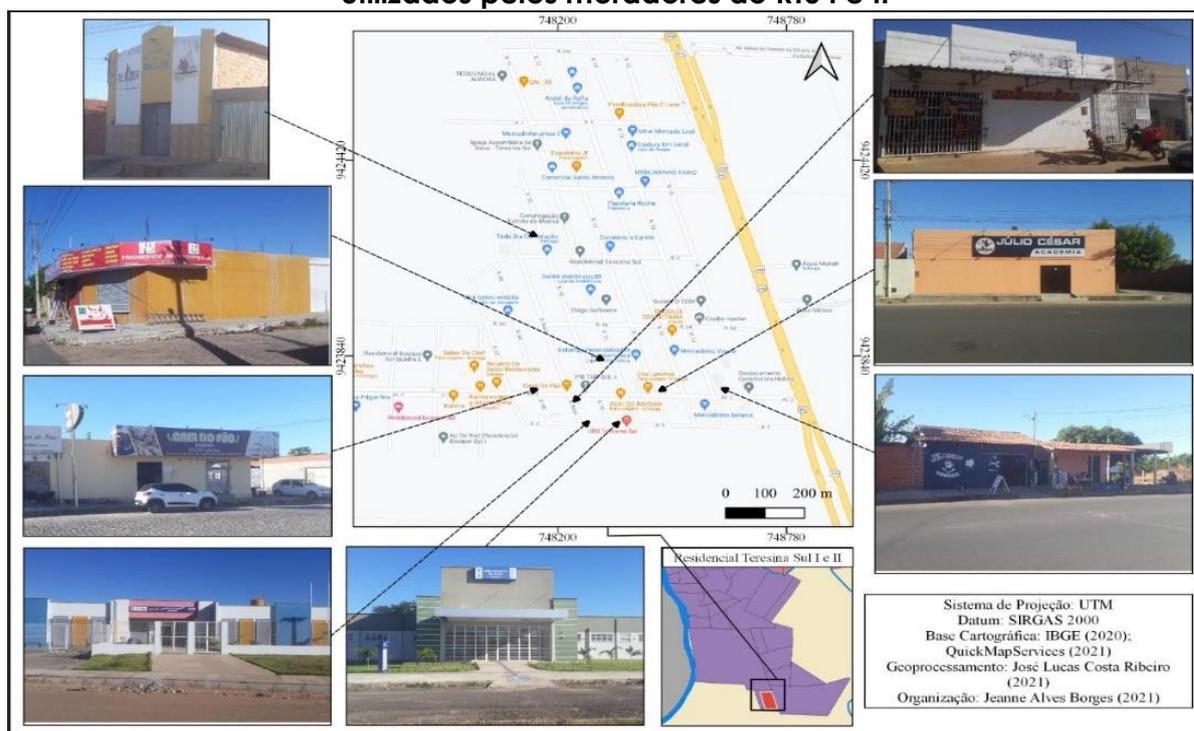
Gráfico 7 - Dados referentes à infraestrutura do Residencial Teresina Sul I e II



Fonte: Pesquisa direta (2021).

Quanto aos serviços públicos oferecidos no residencial, denota-se que há uma carência muito grande, porquanto não existe praça no local; de fato, falta área de lazer adequada para os moradores; o residencial conta com uma Unidade Básica de Saúde (UBS) que atende de forma efetiva aos moradores do residencial; uma creche para a demanda do ensino infantil, faltando escolas públicas que atendam à população estudantil de ensino fundamental a médio. Os serviços comerciais estão distribuídos por todo o residencial, com pequenos mercadinhos, lojinhas de roupas, uma academia de ginástica, loja de material de construção, bares, restaurantes, igrejas – principalmente evangélicas.

Figura 3 - Mapa de localização dos principais equipamentos e serviços urbanos utilizados pelos moradores do RTS I e II



Fonte: IBGE (2020); Teresina (2021); Teresina (2018); Organizado por: Borges (2021); Geoprocessamento Ribeiro (2021).

Fica evidente que durante esses nove anos, a prefeitura quase não realizou melhorias no local, restando aos moradores procurar esses serviços em bairros próximos, como Esplanada, Irmã Dulce, Porto Alegre, ou deslocar-se para outros bairros mais distantes, como Parque Piauí, Promorar, ou mesmo ir até o centro da cidade. Isso reflete uma classe social segregada, com equipamentos e serviços urbanos que não contemplam de forma significativa as necessidades diárias da população do RTS I e II.

Assim, como afirma Corrêa (2000), o Estado, enquanto provedor de serviços públicos, atua na organização espacial da cidade por meio da implantação de serviços públicos de infraestrutura que servem à população, dispondo de um conjunto de instrumentos capazes de levar melhorias a esses novos empreendimentos habitacionais que subsidiam famílias de baixa e média renda, localizados em áreas de expansão urbana e distante do centro da cidade tornando essa população segregada.

A avaliação cumprida no RTS I e II evidencia que a população é composta, em sua maioria, por teresinenses que antes habitavam bairros da cidade que disponibilizavam um conjunto de equipamentos urbanos, mas por meio de políticas públicas como as do PMCMV, foram beneficiados e migraram para os referidos residenciais, seja por terem adquirido o próprio imóvel, porque casaram ou porque moravam anteriormente de aluguel, sendo estes três fatores de maior peso para que os moradores migrassem para o residencial, principalmente o motivo de terem adquirido o seu próprio imóvel. Percebeu-se, ainda, que apesar dos problemas existentes, o grau de satisfação dos moradores do residencial é de 94,4%, o que desvela que eles possuem afeto pelo lugar.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao debater sobre o espaço urbano de Teresina sob as múltiplas dimensões que a permeiam, nota-se que houve grande impulso em sua urbanização nas últimas décadas, em razão das políticas públicas habitacionais desenvolvidas pelos agentes sociais concretos responsáveis por atuar no espaço urbano da cidade, pois são produtores das principais formas espaciais do cenário urbano, produzindo e (re)produzindo a todo o momento, tendo em vista o desenvolvimento do capitalismo.

Teresina, por ser a capital do estado do Piauí e mais urbanizada, concentra maior oferta de serviços e atrai populações oriundas de outras regiões, que vêm à procura de serviços essenciais, como saúde, educação, moradia, trabalho, entre outros, ou seja, buscam melhores oportunidades. No entanto, o Estado, como agente social produtor do espaço, teve de intervir na cidade, sendo necessário construir novos empreendimentos habitacionais para atender à nova demanda habitacional.

Não obstante, esses novos empreendimentos habitacionais construídos pela ação do Estado localizam-se em áreas de expansão urbana, distantes da área central da cidade, o que acaba refletindo em uma população

segregada. Assim, o acesso à infraestrutura básica de prestação de serviços de mobilidade, postos de saúde, escolas, serviços bancários, segurança, entre outros, são negligenciados por parte do poder público, provocando problemas de acesso para os moradores desses empreendimentos, como é o caso do RTS I e II, objeto desta pesquisa, construído na zona sul de Teresina, pelas construtoras imobiliárias Garantia e Betacon.

Os dados da pesquisa revelam que os moradores questionados do RTS I e II são, na maioria, teresinenses que residiam anteriormente em outros bairros mais desenvolvidos da cidade e migraram para o residencial devido à conquista do imóvel de forma definitiva. Ademais, a maioria das famílias recebe de um até quatro salários mínimos e outras contam com renda de menos de um salário mínimo, sendo que a faixa salarial para obtenção de um imóvel no residencial é a faixa 1 do PMCMV, por meio do FAR, destinado a famílias com renda a partir de R\$ 1.800,00.

As famílias são numerosas, em sua maioria, têm até cinco membros, indicando que o tamanho do imóvel não é adequado para comportá-las confortavelmente, daí porque precisaram fazer algum tipo de obra, como ampliar ou acrescentar mais cômodos. Identificou-se, por oportuno, que o total de moradores questionados fizeram obras no imóvel, como “puxadinhos”, mesmo não sendo permitido pelo PMCMV, principalmente muro, e que a maioria dos imóveis não se encontra na forma original.

Em relação à infraestrutura do local, observou-se a carência de serviços públicos e comerciais, e que os moradores procuram alguns desses serviços em bairros vizinhos ou se deslocam para o centro da cidade com esse intuito. Cabe salientar que os moradores sentem falta de serviços essenciais para atender às suas atividades básicas, como área de lazer; transporte público de qualidade; serviços bancários; mercado público; escolas que atendam à demanda dos estudantes de nível fundamental e médio; posto policial; e esgoto interno na obtenção de saneamento básico mais adequado para a população. Apesar dos problemas existentes, os moradores dizem gostar de residir no residencial, o que denota afetividade pelo lugar.

Diante do exposto, tendo como análise os aspectos espaciais, sociais e econômicos da área, espera-se que o presente trabalho contribua nos estudos acadêmicos sobre urbanização das cidades e contribua com o poder público na realização de políticas públicas voltadas ao desenvolvimento desse local, permitindo aos moradores uma infraestrutura apropriada, visando a melhorias para essa população.

REFERÊNCIAS

AMORE, Caio Santo. “Minha Casa Minha Vida” para iniciantes. *In*: AMORE, Caio Santo; SHIMBO, Lúcia Zanin; RUFINO, Maria Beatriz Cruz. **Minha casa... e a cidade?** Avaliação do Programa Minha Casa Minha Vida Em seis estados brasileiros. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2015. p. 16.

ARAÚJO NETO, Adalgiso Barbosa de. **Av. principal do bairro Parque Piauí em Teresina (PI):** evolução, dinâmica e tendências. 2014. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Geografia) - Universidade Federal do Piauí, Teresina, 2014.

ARAÚJO NETO, Adalgiso Barbosa de. **Programa Minha Casa Minha Vida (PMCMV):** habitação e espacialização na Rida Grande Teresina, PI, Brasil, 2017. Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Federal do Piauí, Teresina, 2017.

BECKER, Olga Maria Schild. Mobilidade espacial da população: conceitos, tipologia, contextos. *In*: CASTRO, Iná Elias de; GOMES, Paulo Cesar da Costa; CORRÊA, Roberto Lobato (org.). **Explorações geográficas percursos no fim do século.** Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1997. p. 321-323.

BRITO, Fausto. O deslocamento da população brasileira para as metrópoles. **Estudos avançados**, São Paulo, v. 20, n. 57, p. 221-223, 2006.

CARDOSO, Adauto Lúcio; ARAGÃO, Thêmis Amorim. Do fim do BNH ao Programa Minha Casa Minha Vida: 25 anos da política habitacional no Brasil. *In*: CARDOSO, Adauto Lucio. **O Programa Minha Casa Minha Vida e seus efeitos territoriais.** Rio de Janeiro: Letra Capital, 2013. p. 36-54.

CORRÊA, Roberto Lobato. **O espaço urbano.** 4. ed. São Paulo: Ática, 2000.

FAÇANHA, Antônio Cardoso. **A evolução urbana de Teresina:** agentes, processos e formas espaciais da cidade. 1998. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Programa de Pós-graduação em Geografia. Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 1998.

FAÇANHA, Antônio Cardoso. A evolução urbana de Teresina: passado, presente e... **Carta CEPRO**, Teresina, v. 22, n. 1, p. 59-69, jan./jun. 2003.

FAÇANHA, Antônio Cardoso. Gestão urbana e dilemas no poder local: internidade e dispersão em Teresina (PI). **Revista de Geografia**, Recife, v. 24, n. 1, p. 2, 2007. Disponível em: <https://periodicos.ufpe.br/revistas/revistageografia/article/view/228682>. Acesso em: 5 ago. 2020.

FONSECA, Wéverson Lima *et al.* Causas e consequências do êxodo rural no Nordeste brasileiro. **Nucleus**, Ituverava, v. 12, n. 1, p. 234-236, abr. 2015. Disponível em: <https://www.nucleus.feituverava.com.br/index.php/nucleus/article/view/142>. Acesso em: 21 jul. 2021.

LATUS Consultoria, pesquisa e assessoria de Projetos LTDA. **Revisão e atualização do plano diretor do município de Teresina-PI**. Teresina, 2017. Disponível em: <https://semplan.teresina.pi.gov.br>. Acesso em: 08 ago. 2020.

LIMA, Iracilde Maria de Moura Fé. Teresina: urbanização e meio ambiente. **Revista do Instituto Camillo Filho**, Teresina: ICF, v. 1, n. 2, p. 12-13, 2002.

LIMA, Silvia Maria Santana Andrade; LOPES, Wilza Gomes Reis; FAÇANHA, Antonio Cardoso. Urbanização e crescimento populacional: reflexões sobre a cidade de Teresina, Piauí. **Gaia Scientia**, Paraíba, v. 1, n. 4, p. 32-42, mar. 2017. Disponível em: <http://periodicos.ufpb.br/index.php/gaia/search/search>. Acesso em: 27 abr. 2020.

LOPES, Leandro Gomes Reis. **Minha casa, minha outra vida: impactos psicossociais da segregação socioespacial**. 2019. Tese (Doutorado em Psicologia) – Programa de Pós- Graduação em Políticas Públicas, Universidade Federal do Piauí, Teresina, 2019.

MOTTA, Luana Dias. **A questão da habitação no Brasil: políticas públicas, conflitos urbanos e o direito à cidade**, 2010. Disponível em: https://conflitosambientaismg.lcc.ufmg.br/wpcontent/uploads/2014/04/TAC-MOTTA_Luana_-_A_questao_da_habitacao_no_Brasil.pdf. Acesso em: 9 jun. 2021.

OBSERVATÓRIO DAS METRÓPOLES. **Casa Verde e Amarela: pontos críticos do novo programa habitacional do Governo Federal**. GT Habitação e Cidade, 2020. Disponível em: <https://www.observatoriodasmetropoles.net.br/casa-verde-e-amarela-pontos-criticos-do-novo-programa-habitacional-dogoverno-federal/>. Acesso em: 9 jun. 2021.

ROLNIK, Raquel. **Guerra dos lugares: a colonização da terra e da moradia na era das finanças**. 2. ed. São Paulo: Bomtempo, 2019.

SILVA, Gabriel Rodrigues da. **Expansão urbana na ride da Grande Teresina**: os efeitos territoriais da política habitacional do Programa Minha Casa, Minha Vida, Natal-RN, Brasil, 2019. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-graduação em Estudos Urbanos e Regionais, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2019.

SPOSITO, Maria da Encarnação Beltrão. **Capitalismo e urbanização**. São Paulo: Contexto, 1991.

TERESINA, Prefeitura Municipal de. Secretaria Municipal de Planejamento. **História de Teresina**. Disponível em: <https://semplan.teresina.pi.gov.br/historia-de-teresina/>. Acesso em: 25 dez. 2019.

TERESINA, Prefeitura Municipal de. Secretaria Municipal de Planejamento. **Saad Sul**. Teresina, 2018. Disponível em: <https://semplan.pmt.pi.gov.br/sdu-sul/>. Acesso em: 20 mar. 2020.